

OESP, 23.11.06

Friedman, monetarismo e desenvolvimento

Dionísio Dias Carneiro*

Milton Friedman foi um ícone no debate macroeconômico dos anos 60. Minha geração de economistas brasileiros se dividia entre os que buscavam na racionalidade econômica a base para a política econômica e os que se satisfaziam com as respostas prontas que a divisão ideológica sacramentada pela guerra fria recomendava. O pensamento macroeconômico dominante baseava-se numa grande ilusão e numa suspeita infundada. A primeira era que o keynesianismo havia controlado, de forma indolor, o ciclo econômico: bastavam os gastos públicos. A segunda era que as instituições capitalistas não eram adequadas para superar o atraso e a pobreza nos países retardatários. A teoria quantitativa da moeda só era ensinada a sério em Chicago, na London School, com vertentes especiais em outras universidades, como Carnegie Mellon. Em outros centros, alguns mais curiosos se debruçavam sobre a reformulação feita por Friedman, em 1956, e decifravam seu maravilhoso verbete na Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais. Impossível exagerar a importância de sua síntese de Keynes e Frank Knight. Não bastou a evidência histórica avassaladora descrita na monumental História Monetária dos Estados Unidos de que o Fed agravara a Grande Depressão: suas críticas aos bancos centrais, que ignoravam as defasagens entre as decisões e seus efeitos, não se converteram em prescrição aceita. Para Friedman, mirar nos juros fixando o preço diário das reservas bancárias não garantia o controle da inflação porque esta depende da oferta de moeda, que pode crescer mesmo com juros em elevação. Os juros são o preço do crédito, enquanto a inflação esperada determina a quantidade de moeda desejada. Em 1968, Friedman feriu de morte o keynesianismo prático, representado pela curva de Phillips, como cardápio ilusório de inflação e desemprego à disposição dos governantes. Ao mesmo tempo, Edward Phelps (laureado com o Nobel em 2006) mostrou

os limites da política monetária, com o teorema de que o governo só pode determinar o nível de produto sem afetar a inflação enquanto o público estiver convencido de que a inflação não será alterada, o que é irracional quando a alta de preços desmente expectativas.

A revolução das expectativas e a inflação dos anos 70 desmoralizaram o cardápio de Phillips.

Milton Friedman fincou-se nos princípios da teoria monetária da renda nominal, consequência da coerência dos consumidores, trabalhadores, poupadores e empresas no mercado, e sublinhou a distinção entre efeitos temporários e permanentes da atuação do Estado numa economia de mercado. Mas as lições práticas só ocorreram ao final da década, quando Thatcher e Reagan apoiaram seus bancos centrais contra as críticas baseadas nos danos colaterais causados pelos juros elevados: a estabilidade de preços se tornou o único objetivo possível para a política monetária. O câmbio flutuante, defendido desde os anos 50, potencializou a ação dos juros sobre a inflação e legitimou a teoria monetária como fonte das diretrizes dos bancos centrais em todo o mundo. Como costuma acontecer, a vitória não consagrou o monetarismo stricto sensu de Friedman, mas a defesa de regras contra o poder discricionário. Friedman defendia regras para o crescimento de um agregado, enquanto seus adversários defendiam a flexibilidade, por causa do que, mais tarde, ficou conhecido por Lei de (Charles) Goodhart: o agregado escolhido torna-se instável e inútil como alvo. O debate foi enriquecido por uma regularidade empírica entre juros, inflação e nível de atividade, descoberta por John Taylor. Independentemente do que os bancos centrais anunciem, na prática, respondem à inflação e aos desvios do nível de atividade com variações nos juros. Nos anos 90, a Lei de Taylor se transformou numa 'regra de política', síntese entre a crença de Friedman no papel estabilizador das regras claras e o uso, que condenou, da taxa de juros como instrumento de política, consagrada nas metas de inflação. Poucos economistas merecem tantas homenagens pela relevância de suas ideias para a construção de uma sociedade próspera, apesar de não ter sido um especialista em desenvolvimento. Por quê? Por sua defesa intransigente da superioridade da

flexibilidade dos mercados livres e caóticos numa sociedade aberta, sobre a sabedoria dos burocratas iluminados que se dedicam a promover a felicidade coletiva por eles definida.?

*Dionísio Dias Carneiro, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, é diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica (Iepe/CDG)